

CPI promove acareação na quarta-feira

Ex-coordenador da Dívida Pública de São Paulo e dirigentes de bancos e de corretoras serão colocados frente a frente. Objetivo é saber quem prestou falso testemunho ao depor perante a CPI dos Precatórios.

Página 3

Patrocínio quer prisão paga para detentos ricos

Página 8



Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima com dirigentes do Prodasen

Medidas trazem economia de R\$ 1 milhão ao Senado

*ACM assina atos que instituem cobrança por serviços.
Receitas apuradas custearão programas prioritários da Casa*

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aproveitou a visita à Secretaria Especial de Editoração e Publicações, na sexta-feira, para lançar novas medidas do programa de austeridade implantado na Casa, assinando dois atos que instituem o pagamento pelo fornecimento de cópias e exemplares de publicações e anunciando a cobrança de taxa de ocupação de espaço de todas as entidades externas que utilizam as dependências do Senado.

As medidas representarão uma economia anual da ordem de R\$ 1 milhão, segundo cálculo do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e as receitas apuradas serão destinadas ao custeio de programas prioritários da Casa.

Um total de 45 instituições

estão representadas hoje no prédio do Senado, entre unidades de assessoria parlamentar do governo federal, bancos e partidos políticos. Para o cálculo da taxa de ocupação não será levado em conta o objetivo de auferir lucro com um aluguel e, sim, o de ressarcir a Casa das despesas efetuadas com energia, limpeza, água, e outros serviços direta ou indiretamente prestados a esses usuários.

Antonio Carlos Magalhães esclareceu que assinará o ato sobre a taxa de ocupação, aprovado dia 6 pela Mesa, assim que o levantamento do valor das taxas ficar pronto, e garantiu aos jornalistas que até o dia 2 de abril as disposições estarão em vigor.

O ato que estabelece a cobrança de cópias de documentos e exemplares de pu-

blicações fornecidas ao público limita a cinco páginas as solicitações de cópias de pronunciamentos e transcrições que os parlamentares poderão fazer à Mesa, por conta da instituição. O papel que exceder esse limite será descontado da quota a que cada senador tem direito.

A tabela de preços que acompanha o ato assinado por Antonio Carlos estabelece o custo de R\$ 0,15 por cópia reprográfica e folha de computador (só frente, sem autenticação). Com autenticação, o valor sobe para R\$ 0,20. Um avulso com até 12 páginas custará R\$ 1,50, enquanto avulsos com mais de 49 páginas terão custo de R\$ 4,00.

■ Leia mais sobre as visitas do presidente do Senado na página 4



José Fogaça

Regulamentação de MPs entra na pauta do plenário

O substitutivo do relator José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional (PEC) que dispõe sobre a edição de medidas provisórias será votado pelo plenário do Senado, em primeiro turno, nesta quarta-feira (dia 12). A principal mudança, segundo o senador, é a que estende o prazo de vigência da medida provisória para 60 dias.

A proposição determina que, se a medida provisória não for apreciada nesse período, será colocada, em regime de urgência, na ordem do dia da Câmara dos Deputados ou do Senado, observando o critério da alternância simples.

Simon propõe atos transitórios em vez de MPs

Eles teriam vigência por 60 dias, com reedição proibida, devendo ser votados pelo Congresso neste prazo. Se não o forem, podem ser reapresentados como projetos de lei

Por considerar que o "excesso" de medidas provisórias editadas pelo Executivo "quase inviabiliza" o trabalho do Legislativo, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou proposta de emenda constitucional que institui atos normativos transitórios (ANTs), para substituir as MPs. Os ANTs terão vigência por 60 dias, sendo proibida sua reedição.

Simon diz que escolheu a expressão ato normativo transitório, em substituição às medidas provisórias, por considerar que a definição "medida", provisória ou não, não atende à sua função básica de diploma legal, que é em seu fim normativo. "Quanto a ser 'provisório' nos impressiona sua imprecisão conceitual da forma como são editadas", acres-



Pedro Simon

centou.

A apreciação de medidas provisórias, lembrou o senador, exige a formação de comissões mistas, cada uma composta de sete deputados e sete senadores, e igual número de suplentes para cada Casa, com o prazo de cinco dias para a apresentação de emendas e para deliberar sobre a admissibilidade da proposição.

Pela proposta de Simon, os

ANTs terão que ser apreciados em 60 dias. Caso contrário, serão rejeitados. Nessa hipótese, será dado o mesmo trato atribuído às proposições regulares, que veda sua reapresentação na mesma sessão legislativa. No entanto, um ato normativo transitório que não for votado em 60 dias poderá ser submetido ao Congresso na forma de projeto de lei, que pode inclusive ser apreciado em regime de urgência.

- Essa proposta exige e compromete o presidente da República com a responsabilidade da edição do ANT e estabelece a saudável interdependência com o Congresso Nacional. Agora sim, ousamos dizer, teremos o dispositivo exato para realidades políticas que podem ser imprecisas. Um instrumento eficaz justamente por ser li-

mitado - ressaltou Simon.

Dados da Subsecretaria de Análise do Senado apontam, segundo o senador, para mais de 1.800 medidas provisórias editadas e reeditadas entre 1988 e 1996. Apenas 291 foram convertidas em lei. Atualmente, mais de 60 MPs tramitam no Congresso Nacional.

De acordo com Pedro Simon, com a instituição das medidas provisórias, na Constituição de 1988, presumia-se o relacionamento típico do parlamentarismo, "estreito formalmente e co-responsável legalmente", entre Executivo e Congresso. Rejeitada a tese parlamentarista, entende o senador, restou na Constituição o paradoxo: o instrumento certo para o sistema de governo errado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

16h - Recebe o embaixador do Brasil na França, Carlos Alberto Leite Barbosa

16h30 - Recabe o presidente do TCU, ministro Homero Santos

17h - Recebe comitiva de mulheres parlamentares dos EUA

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (11.03.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *PLS nº 45/96, que acrescenta parágrafo 4º ao art. 161 do Código Penal; *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor; *PDL nº 114/96, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração; e *PDL nº 1/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à Nota Conjuntural nº 0024-92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92; do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24.03.92.

CONGRESSO NACIONAL

10h45 - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac.

Oradores: Senador José Agripino e deputado Adilson Mota. *Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira (12.03.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias.

COMISSÕES

Terça-feira (11.03.97)

10h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos do secretário da Fazenda de Alagoas, José Pereira de Souza; e do diretor do Banco Boa Safra, Fausto Solano Pereira. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Quarta-feira (12.03.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos dos diretores da Negocial, Fábio Pazzanese Filho e José Luiz da Cunha Prioli; dos diretores do Banco Votor, Fábio Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon; e inquirição e acareação entre o ex-coordenador da Dívida Pública do Estado de São Paulo, Wagner Baptista Ramos e diretores do Banco Votor; diretor da Perfil, Luiz Calabria; diretores da Divisa, Roberto Sampaio Correa e Marcus Vinícius Guimarães; diretor da Negocial; e gerente do Banco Mercantil do Brasil, cujo nome não foi divulgado. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Deliberação sobre as audiências nos estados e definição dos próximos depoentes. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL

19h - Comemoração do Dia do Bibliotecário. *Auditório Petrônio Portella*

Quinta-feira (13.03.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos do ex-secretário de Finanças de Goiânia Cairo Antônio Vieira Peixoto; do ex-funcionário da Secretaria de Finanças da prefeitura de São Paulo Pedro Neiva; e do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, César Augusto Busatto. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*



Lauro Campos

Lauro afirma que FHC realiza a própria profecia

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou sexta-feira que o presidente Fernando Henrique Cardoso sabia antecipadamente que as medidas econômicas adotadas pelo seu governo "pavimentariam o caminho do autoritarismo, do despotismo e do fascismo". Ele disse que, no livro *Autoritarismo e Democratização*, o presidente descreveu os mecanismos do processo de acumulação de capital que determinam "as características do despotismo brasileiro e sul-americano".

- O autoritarismo, o despotismo esclarecido que o professor Fernando Henrique previu em 1975 está presente. E Sua Excelência, que antes era o profeta, agora é o realizador da sua profecia - assegurou. Para o senador, "essas reformas do governo, a venda da Vale, a doação da Petrobrás, a destruição dessas empresas que constituíram o sangue dos brasileiros, virarão uma festa da qual nem os bancos nacionais poderão participar", uma vez que, a seu ver, os bancos brasileiros não dispõem de recursos.

Lauro Campos disse que a entrada de capital estrangeiro no país, por não poder ser controlada, impõe um custo social doloroso: "De um lado, gera concentração de renda e, por outro, o aumento do desemprego e a fome". Na avaliação dele, o panorama político da Coréia do Sul "é parecidíssimo com o do Brasil". Lá, segundo o senador, o povo está lutando contra a intenção do governo de "entregar ao capital estrangeiro o patrimônio público".

CPI promove a confrontação de depoentes

Wagner Ramos e diretores de bancos e de corretoras estarão frente a frente na quarta

A CPI dos Precatórios colocará frente a frente, nesta quarta-feira (dia 12), a partir das 17 horas, Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura de São Paulo, os diretores dos bancos Votor, Fábio Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon, e Divisa, Roberto Sampaio Correa e Marcus Vinicius Guimaraes; e das corretoras Perfil, Luiz Calabria, e Negocial, Fábio Pazzanese Filho e José Luiz da Cunha Priolli.

O objetivo é confrontar declarações prestadas à CPI e determinar quais delas envolveram falso testemunho sobre a participação das instituições na compra e venda de títulos públicos emitidos para o pagamento de precatórios.

Além da acareação, foram

convocados os seguintes diretores de bancos e corretoras para prestar depoimento perante a CPI, no mesmo dia 12: Fábio Pazzanese Filho e José Luiz da Cunha Priolli, da corretora Negocial; Fábio Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon, do Banco Votor.

Nesta terça-feira, dia 11, às 10h, deporão na CPI Fausto Solano Pereira, do Banco Boa Safra, e José Pereira de Sousa, secretário de Fazenda do estado de Alagoas. Para a quinta-feira, às 17h, estão previstos os depoimentos de Cairo Antônio Vieira Peixoto (ex-secretário de Finanças de Goiânia), Pedro Neiva (ex-funcionário da Secretaria de Finanças da prefeitura de São Paulo) e César Augusto Busatto (secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul).

Comissão não vai acabar em pizza, promete Antonio Carlos

A CPI dos Precatórios não vai "acabar em pizza", garantiu sexta-feira o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em conversa com jornalistas, durante visita ao Centro de Informática e Processamento de Dados da Casa, o Prodasen. O senador assegurou que as investigações da comissão de inquérito "irão até o fim", e que o Senado fiscalizará as ações de todos os responsáveis pela punição dos

crimes.

De acordo com Antonio Carlos, tão importante quanto as conclusões que apontarão os envolvidos em crimes na emissão de títulos públicos serão as recomendações a serem feitas pela CPI no sentido de mudar a atuação do Senado e do próprio Banco Central no tratamento futuro desse tipo de matéria. Os métodos de trabalho e controle serão aprimorados, prometeu o senador.



Abdias Nascimento

Abdias teme discriminação contra Pitta

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) afirmou que o avanço das investigações da CPI dos Precatórios aponta para "uma teia de responsabilidades onde, mais que se distinguir culpados e inocentes, ou desafetos políticos de parceiros de conveniências, exige-se do Senado uma resposta para a nação inteira".

Ele manifestou preocupação com as especulações sobre o envolvimento do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, "bem como as implicações preconceituosas em relação à comunidade negra brasileira". O senador disse que Pitta já se dispôs a depor na CPI e, por isso, "não é hora, nem momento de se inventar um culpado a qualquer custo".

Abdias Nascimento deixou claro que não pretendia proclamar a inocência do prefeito de São Paulo nesse caso dos precatórios, salientando não o conhecer pessoalmente e nem pertencer ao mesmo partido de Pitta.

O senador lançou uma advertência para que não se cometa o "linchamento político do prefeito, pois estamos testemunhando o desenrolar de um processo que pode ter enrustido, disfarçado nas dobras hipócritas da nossa falaciosa democracia racial, uma agressão perversa à origem étnica do prefeito de São Paulo".

Competência terá valor no Senado, diz ACM

Presidente da Casa reafirma aos funcionários que sua administração será pautada pela moralidade e austeridade e promete reconhecimento a quem produzir mais e melhor

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, disse sexta-feira aos servidores da Casa que sua administração terá como marcas a moralidade, a austeridade e a valorização de todos os funcionários que trabalharem com empenho e competência. Antonio Carlos afirmou que espera reações críticas, mas garantiu que levará adiante suas diretrizes, para implantar o espírito de austeridade, reprimir práticas de absenteísmo e valorizar os funcionários que demonstrarem competência e disposição para o trabalho.

Antonio Carlos dirigiu-se aos servidores ao visitar, na manhã de sexta-feira, as instalações do Centro de Informática e Processamento de Dados (Pro-



Diretor da Secretaria de Editoração (E) expõe seus planos a ACM e a Ronaldo Cunha Lima

dasen) e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, acompanhado pelo senador Ronaldo Cunha Lima, primeiro-secretário da Casa, e pelo diretor-geral, Agaci-el da Silva Maia.

No Prodasen, os senado-

res receberam informações da diretora-executiva, Regina Peres Borges, sobre as atividades desenvolvidas pelo setor, bem como os projetos prioritários que serão submetidos à apreciação da Mesa. O presidente e o primeiro-secretário,

na visita às dependências da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, ouviram exposição de seu diretor, Claudionor Moura Nunes, sobre os trabalhos realizados e as medidas destinadas a elevar a eficiência e reduzir custos.

Amin quer a renegociação de dívidas das micro e pequenas empresas

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) sugeriu que as dívidas das micro e pequenas empresas sejam renegociadas em bases semelhantes às adotadas para os produtores rurais. A seu ver, é necessário também rever os contratos bancários, "assinados sob pressão", que incluem a capitalização dos juros, e extinguir as multas pelo atraso no pagamento de impostos para revitalizar o setor.

De acordo com Amin, as empresas beneficiadas por essas medidas ficariam obrigadas, no prazo de duração do pagamento de seus débitos, a não demitir funcionários, salvo nos casos previstos pela

Consolidação das Leis do Trabalho.

Segundo o senador, a elevação da taxa de inadimplência das micro e pequenas empresas é decorrente das altas taxas de juros bancários e provocou no setor uma dívida de R\$ 7 bilhões, com 400 mil empresas devedoras. A seu ver, essa situação é uma "calamidade", já que, acentuou, as micro e pequenas empresas são muito importantes para a economia nacional.

- Elas representam, conforme dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas



Esperidião Amin

nas Empresas (Sebrae), 98% dos estabelecimentos do país, respondem por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e são responsáveis por 60% dos empregos oferecidos no Brasil - argumentou.

Esperidião Amin enfatizou que é necessário investir nas micro e pequenas empresas, para retomar a geração de empregos no país. "Especialmente agora, com a criação do Simples, que pretende tirar milhares delas da informalidade", concluiu.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida)

Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.



Hugo Napoleão

Estiagem no Piauí preocupa Hugo Napoleão

Apesar da ocorrência esparsa de chuvas nos últimos dois dias, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) está preocupado com os efeitos de uma longa estiagem em seu estado. O senador encaminhou ofícios ao Ministério da Agricultura e ao Conselho da Comunidade Solidária, solicitando providências do governo federal para amenizar a situação.

- Mesmo com as últimas chuvas, persistem os efeitos perversos da estiagem, que já comprometeu as lavouras de milho e arroz, no sul, e de feijão, no sudeste do estado. A seca ocorreu no final do inverno, momento da floração das lavouras, inviabilizando, infelizmente, o replantio - informou o senador.

Napoleão disse que o abastecimento de água é precário em algumas cidades como São Raimundo Nonato, Paulistana e Picos.

Chirac recebe homenagem em sessão solene

O presidente da França, Jacques Chirac, será homenageado em sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se nesta quarta-feira (dia 12), às 10h45, no plenário da Câmara dos Deputados. O senador José Agripino (PFL-RN) discursará em nome do Senado Federal, e, em nome da Câmara, o deputado Adilson Mota.

Rocha mostra como fazer lei de doação de órgãos funcionar

De nada adianta o aumento na oferta, constata o senador, se não melhorar a estrutura das instituições de saúde pública no país

Ao comentar a nova lei de doação de órgãos aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu a necessidade de que sua implementação seja acompanhada de uma eficiente política de saúde pública.

- De nada adiantará o aumento na oferta de órgãos e de tecidos, resultante da doação presumida, caso não sejamos capazes de melhorar, e muito, a estrutura das instituições de saúde pública que trabalham com a remoção, a conservação

e a distribuição dos materiais humanos às pessoas que deles necessitam para sobreviver - disse o senador.

Para Sebastião Rocha, a lei possui um "enorme caráter humanitário" e trará esperanças aos milhares de doentes brasileiros necessitados de um transplante.

- O instituto da doação presumida cria uma verdadeira revolução na área de saúde pública. Cai toda uma extensa e morosa burocracia para a retirada de órgãos e de tecidos de cadáveres, que se de-

terioravam quando, finalmente, a autorização legal era obtida. Em outras palavras, imperava o desperdício de materiais humanos que, apesar de não terem qualquer utilidade para aquele que se foi, podiam significar a vida para muitos doentes - comentou o senador.

Sebastião Rocha ressaltou que "a sanção e a publicação da nova lei, sem sombra de dúvida, constituem o primeiro passo para que se salvem mais vidas". Contudo, ele frisou que, "em nosso país, somos muito profícuos em normatizar, mas pouco eficientes em implementar o que dispõe a normatização".



Sebastião Rocha

Benedita exalta trabalho de reverendo

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou o trabalho espiritual desenvolvido pelo reverendo Manoel Ferreira. Segundo a senadora, a ação beneficente do líder da Convenção Nacional de Ministros das Assembléias de Deus de Madureira, Rio de Janeiro, tem marcado importante presença nas câmaras municipais, assembléias legislativas de vários estados, bem como contribuído com

os executivos municipais e estaduais.

A senadora informou que Manoel Ferreira recebeu o título de Doutor em Teologia, pelo Bible College, em Batton Rouge, nos Estados Unidos. Além de homenagens e condecorações, como os títulos de cidadão honorário concedidos pelas assembléias legislativas do Rio de



Benedita da Silva

Janeiro, São Paulo, Goiás, Paraná e Minas Gerais, pelos serviços prestados no Brasil e no exterior.

- Homens deste porte contribuem sensivelmente tanto para o fortalecimento da família brasileira, como para a grandeza e o crescimento de nosso país - disse Benedita da Silva.

Implantação de livre comércio nas Américas será debatida em Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou sexta-feira que a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será o tema de dois importantes encontros que se realizarão em Belo Horizonte, de 14 a 16 de maio: a III Reunião de Ministros res-



Francelino Pereira

ponsáveis por Comércio do Hemisfério e o III Fórum Empresarial das Américas.

Segundo o senador, a Alca "é passo importante para a continentalização do comércio das Américas", que os Estados Unidos pretendem antecipar para o ano

de 2005. Mas, na sua opinião, é preciso fortalecer o Mercosul e debater a Alca do ponto de vista dos interesses brasileiros.

Ele informou que os recursos que viabilizarão os eventos serão da União - R\$ 2,75 milhões - e do governo de Minas Gerais - R\$ 905 mil -, conforme convênio celebrado entre o Ministério das Relações Exteriores e o governo mineiro.

Redução de recursos para agricultura preocupa Jonas

Ao lamentar perda de 31,7% no volume das operações oficiais de crédito destinado ao setor em 1997, senador apela ao governo para que encontre outros mecanismos de apoio



Valmir Campelo

Valmir defende recuperação da malha rodoviária

O líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), alertou sexta-feira que o Brasil perde anualmente cerca de US\$ 5 bilhões em decorrência do estado caótico das estradas do país. "Compreendemos a necessidade de encontrar o equilíbrio orçamentário e sabemos que os recursos são escassos, mas não podemos relegar a segundo plano a recuperação da nossa malha rodoviária", salientou.

Valmir Campelo explicou que os prejuízos consequentes da má conservação das rodovias decorrem tanto do consumo adicional de combustível e do desgaste acelerado dos veículos como pela perda de mercadorias.

Para ele, entretanto, esses prejuízos são irrelevantes, quando se analisa o número de acidentes fatais: "Uma só vida humana vale muito mais que todo o Orçamento federal".

Valmir entende que a situação da malha rodoviária "é ainda mais reprovável quando se observa que uma boa rodovia, que atenda a objetivos econômicos e sociais, é autofinanciável".

Segundo o senador, o investimento na conservação de estradas retorna com o crescimento da produção, da arrecadação, de novos empregos, do aumento dos níveis da produtividade, do consumo, do investimento, da renda, do patrimônio e do estoque de bens.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) manifestou sua apreensão com a redução de 31,7% no volume das operações oficiais de crédito destinado ao setor agropecuário em 1997. Ele apelou ao governo federal para que viabilize outros mecanismos de apoio à agricultura, de maneira especial ao segmento dos pequenos e médios agricultores.

Segundo Jonas Pinheiro, em 1996 os recursos orçamentários destinados ao custeio e à comercialização agrícola somaram R\$ 3,16 bilhões, montante que cai para R\$ 1,98 bilhão em 1997.

- Esse fato é de mais alta gravidade, sobretudo se levarmos em conta que o setor agrícola passa por uma grave crise de lucratividade, em decorrência da elevação desproporcional



Jonas Pinheiro

dos seus custos de produção e do achatamento dos níveis de preços, ocorridos notadamente após a implantação do Plano Real - afirmou.

O senador disse que essa crise atinge de maneira intensa o subsetor da agricultura voltado para o mercado interno, os pequenos e médios agricultores que dependem basicamente dos recursos governamentais para financiar as suas operações. E considerou que um aprofundamento da crise na agricultura

colocará em risco não somente a estabilidade social, mas também a estabilidade econômica e o próprio Plano Real.

Para Jonas, a redução traz de volta ao setor agropecuário a incerteza da garantia de preços mínimos, colocando em dúvida a eficiência dos novos mecanismos de proteção à renda agrícola.

O senador citou análise da Confederação Nacional da Agricultura que mostra uma redução de 75% na rubrica de custeio e de 20% nos recursos destinados à comercialização da safra.

- As causas da acentuada redução das verbas orçamentárias para a agricultura - acrescentou - assentam-se nos crescentes gastos com despesas de equalização de taxas de juros e de preços, exaurindo, assim, as fontes de financiamento.

Ramez Tebet cobra a instalação do conselho do fundo do Centro-Oeste

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou sexta-feira ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que instale o Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), cuja criação foi recentemente aprovada.

Segundo o senador, a medida possibilitará ao setor produtivo utilizar-se, por meio de financiamentos compatíveis, de recursos atualmente parados no Banco do Brasil, que não despertam o interesse em razão das elevadas taxas de juros em vigência. A seu ver, estariam disponíveis cerca de R\$ 200 milhões.

Ramez Tebet também quer que o governo proponha um programa de desenvolvi-



Ramez Tebet

mento para o Centro-Oeste que, conforme ressaltou, representa 25% do território nacional. Ele defendeu, ainda, a existência de um banco da região.

O senador apresentou requerimento à Mesa solicitando informações do ministro do Planejamento, Antonio Kandir, sobre a taxa de administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Ramez Tebet deseja ainda esclarecimentos sobre o patrimônio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, bem como os recursos aplicados por esse fundo nos diversos programas e subprogramas, desde a sua criação; quer saber a taxa média de aplicação para os diversos programas e subprogramas, e o volume da inadimplência atual.

Em aparte, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) apoiou o discurso de Ramez Tebet e pediu "uma maior sensibilidade do Banco do Brasil" para a liberação dos recursos do FCO.

Falta muito para educação ser satisfatória, constata Holanda

A existência de 30 milhões de analfabetos com mais de 15 anos mostra a necessidade de investir mais no setor, proclama senador



Odacir Soares

Odacir elogia participação do Senado em feiras

A participação do Senado Federal em feiras brasileiras de livros foi elogiada sexta-feira por Odacir Soares (PFL-RO). No entender do senador, as publicações da Subsecretaria de Edições Técnicas passaram a ser mais conhecidas depois de exibidas na XIV Feira do Livro de Brasília, II Feira Internacional de Cultura e I Feira de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

O senador lembrou que, durante o período de sua gestão à frente da Primeira-Secretaria, criou uma comissão de servidores encarregada de promover a participação do Senado em eventos literários, com o objetivo de mostrar as publicações da Casa às entidades e pessoas interessadas.

Ao congratular a comissão pelo trabalho, Odacir Soares informou que vários kits foram doados a bibliotecas públicas, universidades federais, Ordem dos Advogados, assembleias legislativas, câmaras municipais e outras instituições, demonstrando o "êxito cultural alcançado pelo Senado".

O senador Joel de Holanda (PFL-PE) disse sexta-feira que os estudos feitos para subsidiar os representantes brasileiros que irão participar da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, promovida pela Unesco, mostram que o país ainda precisa fazer muito para alcançar a plena oferta de educação fundamental.

Ele destacou a importância de se adequar o ensino às novas exigências sociais, culturais e econômicas da atualidade e defendeu a destinação de maiores recursos para a educação. Embora reconheça os avanços alcançados, Joel de Holanda comentou que a existência de mais de 30 milhões de brasileiros, com mais

de 15 anos, que não sabem ler e escrever, é uma "constatação dolorosa".

- É certo que o esforço nacional realizado nas últimas quatro décadas reduziu em grande parte os índices de analfabetismo entre jovens e adultos. No entanto, a melhoria dos índices educacionais não veio tanto dos movimentos e campanhas de alfabetização de adultos. Os melhores resultados vieram mesmo da ampliação do acesso das crianças ao ensino fundamental - disse.

Na opinião do senador, o esforço para oferecer educação "em quantidade e qualidade" na idade própria deve ser con-



Hollanda

tinuado. "O analfabetismo é uma forma particularmente cruel de exclusão ao exercício da cidadania, já que coloca esse grupo fora do alcance de uma série de direitos civis e de benefícios

materiais e culturais da sociedade", afirmou.

Joel de Holanda destacou a atuação do Ministério da Educação na articulação de uma política nacional de educação de jovens e adultos. Ele ressaltou, entre outras providências que o órgão vem tomando, a criação do Fundo de Manutenção e Valorização do Magistério e a implantação do programa Educação para a Qualidade no Trabalho.

Rio 2004: Arruda lamenta derrota

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), lamentou sexta-feira que o Rio de Janeiro não tenha ficado entre as cinco cidades escolhidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) como candidatas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004.

- A decisão do COI veio frustrar as esperanças de toda uma geração que gostaria de ver não só as Olimpíadas no Rio de Janeiro, mas as Olimpíadas a serviço do esporte mundial, como fator de melhoria, de motivação da vida de um país que merecia sediar esses Jogos Olímpicos até como forma de motivar o esporte, até como forma de resolver os seus problemas - comentou.

Para o senador, a campanha



Arruda

desenvolvida em favor das Olimpíadas no Rio "deixou semente que vai frutificar". A propósito, ele comentou que o governo federal, por intermédio do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, já teria renovado o seu compromisso no sentido de apoiar uma nova candidatura do Rio de Janeiro

Arruda lembrou que o Senado aprovou, por unanimidade, há alguns meses, uma moção de apoio à candidatura do Rio. Essa iniciativa, a seu ver, "sinalizou claramente que a mais alta Casa do Legislativo do país estava de acordo com a vontade da nação".

O senador destacou o empenho dos organizadores da campanha, em particular o deputado Ronaldo Cezar Coelho, assim como o presidente da Fifa, João Havelange, e do mi-

nistro Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, que "rodaram o mundo numa campanha profissional que foi para as ruas e ganhou o apoio de todas as camadas da sociedade".

- Ao Rio de Janeiro envio a nossa solidariedade; ao país alerta que não devemos ficar tristes. Devemos recolher os ensinamentos positivos resultantes dessa campanha - a derrota ensina mais do que a vitória - e nos preparar para outros embates internacionais que, se Deus quiser, se transformarão em conquistas - disse Arruda.

Já o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou a desclassificação do Rio de Janeiro na corrida para sediar as Olimpíadas uma "injustiça". Ele disse estar surpreso com a decisão do Comitê Olímpico Internacional e lamentou o resultado.

Maldaner sugere "mutirão da Justiça"

Objetivo é promover a reavaliação dos milhares de processos de condenados que continuam encarcerados. Senador destaca também a necessidade de profunda revisão do Código Penal

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu sexta-feira à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que, junto com os juízes, realize um "mutirão da Justiça" visando a promover a revisão dos milhares de processos de condenados que continuam encarcerados.

Depois de afirmar que o sistema carcerário brasileiro "é um atentado evidente à dignidade da pessoa humana", ele disse ser imprescindível se "reavaliar e reconsiderar velhas idéias

e conceitos atinentes à noção de pena, crime, criminalidade, criminosos e cadeia".

- Qual a razão de se encontrarem as penitenciárias brasileiras abarrotadas de condenados e as celas das delegacias atulhadas de infratores ou de simples suspeitos? Fora de dúvida, isso se deve a uma visão errônea do direito, a uma medievalista concepção do direito de punir. É a dantesca adoção de um regime que em nada contribui para reeducar, para reintegrar, para ressocializar -



Casildo Maldaner

frisou o senador.

Maldaner destacou a necessidade de uma profunda revisão do Código Penal e

citou projeto em tramitação no Senado que dispõe sobre o efeito vinculante, que obriga todas as instâncias judiciais a seguirem decisões do Supremo transformadas em súmulas. Ele ressaltou que a medida, se aprovada, irá descongestionar os órgãos do Judiciário.

O senador congratulou a CNBB pela Campanha da Fraternidade deste ano, que, além de defender os presos, "busca situar o nosso país no pólo daqueles em que a democracia se funda na dignidade da pessoa humana".

Patrocínio defende prisão paga para detento rico

O preso rico ou condenado que dispõe de recursos financeiros próprios ressarcirá o Estado pelas despesas efetuadas durante sua permanência nas dependências de prisões ou penitenciárias, de acordo com projeto apresentado sexta-feira pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). A proposta modifica a Lei de Execuções Penais (7.210/84), que presume a falta de



Carlos Patrocínio

condições de detentos para cobrir suas despesas durante o período de internação.

Ao justificar a iniciativa, Carlos Patrocínio argumenta que a atual previsão de ressarcimento contida na legislação em vigor "mostra-se fútil" em relação à cobertura de despesas do Estado com prisioneiros, "que se elevam ao mesmo patamar dos valores despendidos com policiais". Outro motivo, segundo o autor da proposta, prende-se à "diversidade de crimes e de criminosos de diferen-

tes naturezas e etiologias".

- Há os que são pobres em sua maioria, mas há também os ricos, que podem arcar com reparação pecuniária imediata dos danos causados à sociedade - acrescentou o senador, referindo-se aos criminosos de colarinho branco, banqueiros de jogo do bicho e envolvidos com o narcotráfico, entre outros.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, JEFFERSON PERES E RAMEZ TEBET

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júlia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Camo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azavedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento e Jane Araújo
Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.